

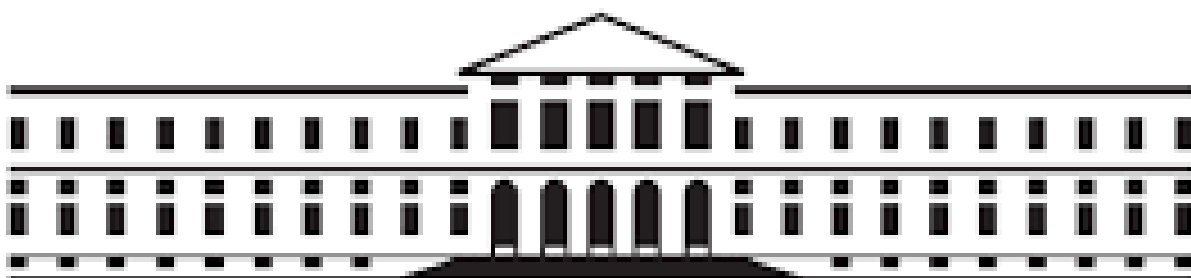
Makiesse da Fonseca

Parlamento dos JOVENS

6 e 7 de maio de 2024

Assembleia da República

Caminhos para uma escola
plural e participativa – a
perspetiva dos jovens



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**PARLAMENTO
DOS JOVENS**
básico



Os 50 anos da Revolução do 25 de Abril serviram de base ao Tema a tratar este ano no Projeto Parlamento dos Jovens do Ensino Básico, que foi *“Viver Abril na Educação: Caminhos para uma escola plural e participativa?”*.

O Projeto Parlamento dos Jovens é um programa educacional organizado pela Assembleia da República e o grande objetivo é que os jovens debatam, convivam, se preocupem verdadeiramente com problemas da sociedade e participem politicamente.

Este programa é composto por uma fase escolar, uma fase distrital e uma fase nacional. Na primeira fase havia duas listas a concorrer, cada uma com o seu projeto de recomendação. Na sessão escolar foram debatidas as propostas dos projetos de recomendação e eleitos os deputados que representariam a escola na Sessão Distrital.

A sessão distrital do Parlamento dos Jovens do Ensino Básico decorreu no dia 26 de fevereiro de 2024, no Auditório Carlos Paredes em Vila Nova de Paiva, e das vinte e seis escolas participantes na sessão Distrital, só quatro foram eleitas para representar o distrito de Viseu na Sessão Nacional.

Os alunos da Escola Básica Dr. Azeredo Perdigão, Martim Fernandes Ferreira (8ºB), Luana Filipa Santos Cardoso (9ºD) e Makiesse Nikita Miguel da Fonseca (9ºD), foram os representantes de uma das quatro escolas eleitas para participar na Sessão Nacional, que decorreu nos dias 7 e 8 de maio em Lisboa, na Assembleia da República.



No primeiro dia, dia 6 de maio, chegámos à Assembleia da República, um edifício anteriormente ocupado e conhecido como Mosteiro de S. Bento da Saúde. Os monges ocuparam o local até 1820, altura em que se mudaram e instalaram em Tibães. Em 1833 a propriedade passou para o Estado e decidiram instalar ali o parlamento monárquico e até 1920 ficou conhecido por Palácio das Cortes. Após a revolução republicana passou a ser chamado Palácio do Congresso e foi esta designação que chegou ao Estado Novo, quando foi renomeado Palácio da Assembleia Nacional. Após a revolução de 25 de abril de 1975 passou a ser conhecido como Palácio de S. Bento.



Os deputados foram divididos por comissões, onde discutiram os projetos de recomendação aprovados nos diversos círculos eleitorais e fizeram a selecção das perguntas a fazer aos Deputados da Assembleia da República no dia seguinte.



Numa entrevista, a deputada Luana Cardoso, do círculo eleitoral de Viseu, da Escola Dr. Azeredo Perdigão, refere que na sua comissão, a 1ª comissão, revisaram, com algum entusiasmo, as propostas e que o círculo de Aveiro, Coimbra e Viana do Castelo traziam.

No dia 7 de maio deu-se início à Sessão Plenária, com a abertura solene do plenário, que foi feita pelo Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, e pela Presidente da Comissão da Educação e Ciência, Manuela Tender. Para responder às perguntas elaboradas no dia anterior pelos alunos/deputados estiveram presentes os deputados da Assembleia da República: Isabel Mendes Lopes (LIVRE); Rui Rocha (IL); Miguel Costa Matos (PS); Paulo Nuncio (CDS/PP); Mariza Matias (CHEGA); e Inês Corte Real (PAN).

Durante o resto do dia foi debatido e votado o projeto de recomendação final a apresentar à Assembleia da República. As medidas constantes nesse projeto de recomendação foram as seguintes:

- Valorizar a disciplina de cidadania de desenvolvimento ao longo do 2º e 3º Ciclo e posteriormente no ensino secundário, com atividades práticas envolvidas nessas aprendizagens com maior incidência sobre diferentes áreas (educação financeira, dever cívico de votar e primeiros socorros, poder da argumentação, entre outros...);
- Promover a interação com os alunos estrangeiros por meio da criação de gabinetes de apoio e projetos de equipa para incentivar a empatia e dar a conhecer as culturas, bem como para facilitar a sua integração;
- Disponibilizar mais apoios aos alunos estrangeiros, implementando o ano 0 de carácter obrigatório, no currículo, apresentado pela escola mas de carácter opcional para os alunos em questão;
- Aumentar o apoio aos alunos estrangeiros de ensino regular aumentando os tempos semanais da disciplina de português língua não materna, de forma a facilitar a integração dos alunos recém chegados na comunidade escolar e na comunidade local;
- Incentivar a realização de atividades práticas e a criação de grupos escolares promovendo integração e introdução dos alunos estrangeiros, desenvolvendo a língua portuguesa e a adaptação aos hábitos e costumes do país e da comunidade escolar;
- Promover a melhoria das condições de trabalho dos professores, bem como a melhoria das estruturas escolares;
- Criar melhores condições de trabalho para o pessoal docente, não docente e alunos, incluindo o financiamento de variações de formações para professores e assistentes operacionais e a melhoria das infraestruturas para facilitar a assiduidade dos alunos com a comunidade;
- Criar assembleias, nas quais se partilham ideias para o agrupamento de forma que os alunos se sintam mais conectados com a direção e com os próprios professores, promovendo a melhoria das condições das escolas;
- Criar um projeto, em que se realizam debates semestrais ou trimestrais, dependente da organização curricular da escola, com o objetivo de discutir temas cívicos e problemas da sociedade atual, permitindo que sejam elaboradas medidas e eleitos representantes para colaborarem e participarem numa assembleia municipal;
- Promover uma participação mais ativa e empenhada dos alunos dos ensinos básicos e secundário nas campanhas de solidariedade realizadas ao longo do ano letivo, estabelecendo parcerias com entidades locais;

- Acabar com os exames nacionais e as provas de aferição em formato digital, voltando ao suporte de papel até que estejam reunidas as condições necessárias em todas as escolas;
- Promover a entidade pelo respeito dos direitos dos alunos com o aumento dos recursos materiais humanos, que seja uma resposta às necessidades dos alunos com necessidades específicas de aprendizagem;
- Promover a igualdade no acesso ao desporto escolar através da repetição dos escalões etários, em que os alunos podem integrar escalões superiores, no caso de não conseguirem constituir equipas devido a pouca adesão e da constituição da equipa nas modalidades coletivas sem possibilidade de haver um campeonato feminino, misto e masculino.





Foram dois dias para, na casa democracia portuguesa, experimentar as vivências parlamentares e assumir o papel de deputados por uns dias. Ao mesmo tempo foi possível conhecer novas realidades, fazer novas amizades, e disfrutar de momentos culturais e lúdicos.

Foi mais uma experiência muito enriquecedora e memorável para todos os participantes.